

Endividamento foi estimulado

BRASÍLIA — A crise financeira por que passam os Estados é consequência da política de estímulo ao endividamento externo e interno que por mais de 15 anos foi adotada pela Velha República sob o lema “Este é um país que vai pra frente”. Empresários privados e companhias estatais eram incentivados a buscar dólares no mercado externo através da Resolução 63 do Banco Central, que deixou de ser usado com intensidade, após 82, quando foi decretada a maxidesvalorização de 30%.

Durante a década de 70, num Congresso tutelado pelo Executivo, foi alterada a Resolução 62 do Senado, dispondo sobre operações de crédito dos Estados e Municípios e fixando seus limites e condições. Foi substituída pela Resolução 63, que jogou por terra o limite de 70% da Receita do exercício anterior para as operações de crédito contratadas pelos Estados e Municípios com recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvi-

mento Urbano (FNDU), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e do Banco Nacional da Habitação (BNH).

— Em 81, um senador do PMDB, prevendo o que viria depois, trabalhava para obstruir os pedidos de empréstimos. Cada ordem do dia vinha com 60 propostas. O então senador capixaba Dirceu Cardoso, obstruiu todos os pedidos, liderando a luta contra os empréstimos. O PDS teve que fazer uma mobilização permanente para conseguir aprovar uns poucos pedidos — lembra Benevides.

Já um funcionário do Departamento de Economia do Banco Central (Depec) acrescenta que a situação ficou ainda mais insustentável, “diante da orgia de empreguismo que se verificou antes das eleições”. O senador Benevides sugere que a solução é a fixação de limites rígidos de endividamentos pela constituinte.